

Ata da 6ª Reunião da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental

Resumidamente, são elencados abaixo os principais encaminhamentos desta reunião:

- 1. Samarco: apresentar medidas visando obtenção de uma melhor qualidade da água vertida após bombeamento de S3;*
- 2. Samarco: Monitorar o rio Gualaxo do Norte e avaliar o teor de sólidos em suspensão e a fração de arraste com fins de comprovar a não exportação de material da área da empresa. Outro ponto a ser considerado no monitoramento deve ser a jusante da UHE Risoleta Neves (Candonga), a fim de identificar o material que está ultrapassando a UHE e conseqüentemente o trecho de maior afetação, e que estas questões sejam alinhadas com a Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água, incluindo levantamento sobre as ações já existentes nestes pontos e indicação de pontos adequados para tal, bem como parâmetros de análise e periodicidade das amostragens;*
- 3. Samarco: Apresentar andamento e resultados sobre a simulação de trânsito de sólidos realizada pela empresa;*
- 4. Samarco: Apresentar listagem com informações sobre o status dos polímeros pretendidos para serem utilizados como coagulantes e floculantes, incluindo dados sobre registro, andamento do processo, protocolo, data e outras informações relevantes;*
- 5. Samarco: Apresentar informações sobre alternativas aos reagentes pretendidos para uso como coagulantes e floculantes que não estejam registrados e que possam atender à situação neste período até resolver a questão dos registros;*
- 6. Samarco: Apresentar atendimento à Deliberação nº 30 do CIF;*
- 7. CT Rejeitos – encaminhar ao Consórcio Candonga documentação de atendimento a Deliberação nº 30 do CIF para que realize análise e formalize posicionamento considerando tratar-se de parte envolvida no processo;*
- 8; Samarco: Apresentar quadro com quantitativo de pessoas envolvidas nos trabalhos de recuperação de áreas prioritárias, especificando por sítio trabalhado, quantitativo de pessoal, maquinário e outras informações de maneira geral.*

No dia dez de novembro de dois mil e dezesseis, às 10h20, no auditório da Superintendência do Ibama no Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte/MG, foi iniciada a 6ª reunião da Câmara Técnica de gestão de rejeitos e segurança ambiental, composta pelos participantes conforme lista de presença anexa.

O superintendente do Ibama, Sr. Marcelo Belisário, iniciou com a abertura para manifestação sobre a ata da 5ª reunião da CT-Rejeitos. Houve intervenção de representante da Samarco sobre a determinação de criação de lâmina d'água. Este informou que enviou ofício ao Consórcio Candonga e que a demanda acabou ficando apenas como responsabilidade da Samarco, e que a parte operacional de formação da lâmina deve ser respondida pelo Consórcio, e, caso seja viável (após pronunciamento deles), ambos envolvidos devem viabilizar a ação junto ao Ministério Público.

Foi lida a Deliberação CIF nº 30 sobre o tema, sendo ressaltado pelo Ibama a ciência quanto a

questão, sendo um processo judicializado que envolve também o consórcio, e que deve se validar e ao final gerar um TAC.

A Samarco informou que o consórcio posiciona-se negando a criação da lâmina d'água por questões de estabilidade, conforme apresentação que ocorreu na casa civil. Ou seja, a empresa aguarda a manifestação positiva para dar andamento. O Ibama informou que permanece a demanda à Samarco a respeito do embasamento por estudos técnicos, bem como o que deve ser feito para efetivar essa lâmina. Ressaltou ainda que já houve atingimento de uma cota de 312,4 anteriormente, e que esta é uma ação de interesse e que realmente depende da manifestação do consórcio também, e que é importante receber o atendimento à deliberação para que se notifique o consórcio a se manifestar e adotar as tratativas para tal. A ata da reunião anterior foi aprovada sem ressalvas.

Seguiu-se então com a leitura da pauta. O superintendente relatou que não possui conhecimento quanto ao envio de informações prévias solicitadas, e a Samarco deu início à apresentação sobre auditorias, ressaltando que não há um relatório concreto e único e que não protocolou antes porque queria reportar o mês recente, mas que trouxe então o 4º e protocolou plano de ação da auditoria anual, sendo possível dessa forma acompanhar as ações, além de auditoria interna da própria Samarco. O protocolo de tais documentações foi feito no dia 09/11, segundo informado.

Foi realizada breve explanação sobre a existência dos 3 tipos de auditorias feitas, sendo ressaltado até mesmo o caráter sigiloso de uma delas, reportada diretamente ao Ministério Público sem conhecimento da empresa. Foi falado sobre a abrangência de cada auditoria, o protocolo do plano de ação interno da Samarco como evidência de que há rotina de acompanhamento, e outros relatórios das auditorias, objetivando a transparência, segundo a empresa, já que foi mencionado sobre discussões a respeito do fator de segurança de alguns diques da barragem de Fundão.

Quando questionados sobre o resultado das auditorias, a empresa ressaltou que é um assunto muito extenso que ocuparia toda a pauta da reunião e que os relatórios contêm a informação necessária. A representante da Semad solicitou melhor entendimento sobre como associar os resultados das auditorias com as ações feitas, e a Samarco apresentou brevemente como é um desses relatórios e que há capítulo de comparação com auditorias anteriores para avaliar se o que foi apontado antes foi de fato atendido.

Sobre a questão da recomendação de um dos relatórios a respeito dos diques de Sela e Tulipa, a conclusão é de que não se deve perder o foco após concluída a 3ª fase do projeto (sem data informada na reunião), dado que a consultoria Aecom levantou este ponto de discussão a fim de que se atente para que os níveis de água durante o período chuvoso não fomentem uma possibilidade de fator de segurança de 1,3. O superintendente do Ibama informou que é uma questão importante.

A respeito do dique S3, a previsão de conclusão do alteamento é de 29/11/16, colocando em operação a dragagem a montante, que começou em 27/10/16. Desde 27 de outubro até mais ou menos 02 de novembro foram dragados 30.000m³. O que tem prejudicado a dragagem, segundo a empresa, é a lâmina d'água no braço do Mirandinha, sendo afirmado também que não foi colocada a cortina de turbidez e que o desvio continua acontecendo. Sobre o ponto de pauta de informações a respeito de intervenções, providências e medidas mitigadoras para reduzir turbidez da água de bombeamento, o Ibama ressaltou que era sobre o bombeamento de esvaziamento do dique, uma vez que foi constatada alteração na turbidez. A Samarco informou que com o nível de água atual não há condição de colocar a cortina, apenas se subir o nível que está previsto para essa semana. O Ibama ressaltou que S3 estaria fora de operação nesse processo, com redução drástica da eficiência, e já que o cronograma foi postergado, questionou se haveria maneira de mitigar essa turbidez e exportação causada pelo bombeamento. A Samarco disse que não trouxe material sobre isso.

Foi encaminhado que deve-se ter atenção de que deve haver medidas para obter uma água mais limpa uma vez que ela saia de S3 pelo bombeamento.

Na sequência, o Ibama ressaltou que o que foi solicitado foi apresentação de medições ou estimativas de rejeitos exportados para jusante de S3, e que, com o monitoramento o qual o Ibama já possui os resultados, observou-se que após dia 14/09/16 houve picos de turbidez e que a exceção passou a ser estar abaixo de 100 NTU, estando evidente o quanto S3 atuava nesse processo. A Samarco disse que sabia que o alteamento teria esse resultado negativo, e o que é necessário atualmente é retomar o controle abaixo de 100 NTU e, caso não baixe com o alteamento, deve-se buscar outra alternativa.

Seguindo para o resultado da simulação ou atualização do trânsito de sedimentos, a Samarco disse que não trouxe as informações e justificou que ela começou a desenvolver essa simulação do transporte de sedimentos fazendo o cenário mais negativo para orientar as ações da empresa na entrada do período chuvoso, e que então avaliaram que atualmente não estavam considerando na simulação uma série de fatores sobre ações que estão sendo realizadas, sendo então solicitado tempo para incorporar e ter os resultados incluindo o que se fez até agora.

O Ibama informou que há algumas solicitações de monitoramento de sólidos em suspensão e até mesmo de monitoramento de fração de arraste em pontos específicos, como por exemplo uma estação hidrossedimentológica na saída do rio Gualaxo do Norte, devendo avaliar os pontos em que o IGAM está trabalhando, para daí ter uma medição. A Samarco questionou se isso já teria sido oficialmente demandado à empresa, sendo respondido pela Semad com um questionamento sobre qual seria o tempo que demoraria para ajustar o modelo e incluir essas outras variáveis. A Samarco ressaltou que já havia apresentado anteriormente a simulação, porém, antes do período chuvoso, e que agora o objetivo não seria mais trazer a simulação no pior cenário, e a Semad disse que acha importante continuar rodando esse modelo e ter um indicador da efetividade das ações. A Samarco informou que o prazo seria de 45 dias a partir da data atual para ocorrer essa atualização e incorporação. Sobre a qualidade da água, a Semad respondeu que acredita não ter havido pedido formal, mas que há equipe de técnicos em campo essa semana e que deveria ser aguardado o retorno deles com a definição de pontos que podem ser escolhidos e complementados com os parâmetros sugeridos, mantendo-se uma geração de dados de qualidade da água e tendo uma gama de dados a analisar e comparar com a resposta do modelo.

O Ibama deixou indicativo de necessidade de monitorar/avaliar sólidos em suspensão e arraste para fazer o balanço de material, e que no dia anterior saiu decisão sobre homologação do acordo com determinação de prazos à Samarco, para comprovar que não está havendo exportação da área da empresa e sobre o rio mais afetado com necessidade de monitoramento, o Gualaxo. Ressaltou que outro ponto seria a jusante da UHE Candonga a fim de identificar o que desceu da área de maior afetação, e que isso seja alinhado com a CT de segurança hídrica e qualidade da água, devendo-se fazer levantamento sobre o que já existe nesses 3 pontos e com especialistas sobre onde seria o ponto indicado, além do tipo de análise e periodicidade.

A Semad sugeriu que fosse avaliada a possibilidade de antecipar e disponibilizar as informações com a empresa sobre o modelo, mesmo que haja incertezas e que o *status* do estudo poderia ser pauta da próxima CT. A Samarco assentiu e complementou que há outros estudos.

Sobre o *status* dos diques Sela e Tulipa, foi explicado sobre as fases de obras e que os diques tem como ponto mais afetado a ombreira comum, sendo que a 1ª fase foi o reforço dela e das sessões críticas de Tulipa (recomposição dos taludes de jusante e colocação de berma de equilíbrio acima de 1,5). As 2ª e 3ª fases se relacionam com o fato de que em janeiro/16 houve deslocamento no pé desses diques, com material de rejeito disposto no vale, e esse deslocamento sugere como

consequência outros que poderiam causar deslocamento do maciço, então a 2ª fase termina em 02/11 e a 3ª fase é um material a montante da berma a ser acertado, estando com avanço de 37%.

Sobre os diques de contenção, o S3 encontra-se com aproximadamente 70% de avanço, com previsão para 29/11; e S4 com 24%, com previsão para 20/01. A empresa afirmou estar fazendo ensacamento dos dois lados do muro histórico. O Ibama ressaltou que em vistoria de campo verificou-se que a obra de S3 estava parada por falta de blocos, e a Samarco afirmou desconhecer a situação e disse que recebeu demanda de justificar por que o cronograma previa finalização anteriormente em outubro e depois foi adiado para novembro. Disse então que o projeto alterado demandou um volume maior de blocos, e que por isso foi preciso revisar. O Ibama disse que foi emitida recentemente uma autuação porque existia um encaminhamento de cessar a exportação de rejeitos da fonte e que era entendimento inicial de que feito isso o evento estaria controlado, havendo inclusive notificações sobre essa demanda, e que a demanda de finalização de S3 é discutida desde 2015, quando então em fevereiro o dique ficou pronto, e posteriormente seu primeiro alteamento, havendo à época evolução da discussão sobre a necessidade de novo alteamento, o que foi se arrastando temporalmente mesmo sabendo que para tal seria necessário deixar o dique sem operar, o que era preferível antes do período chuvoso.

A nova barragem de Santarém, segundo a empresa, está com 70% de avanço, com expectativa de concluir na elevação 770 ainda em 2016, com previsão para 30/12, sendo depositada esperança de que quando pronta ela supra quase a totalidade da demanda de contenção.

Sobre o Eixo 1, tem-se avanço de 51%, hoje com previsão para 09/12, sendo dada especial atenção à ensecadeira e às questões do fator de segurança, para ter suporte de que não será galgada no período chuvoso, havendo bombeamento e canal de desvio, garantindo também uma berma suficiente. A empresa não soube informar onde foi depositado o material de limpeza retirado para fazer o Eixo 1, o que será informado posteriormente.

Sobre as barreiras de contenção, as obras das barreiras 3 e 4 estão com 24% de avanço, com previsão de término em 08/12.

A respeito do item 6 da pauta (investigar, apresentar resultado e medidas mitigadoras da elevação da turbidez a jusante de Candonga), o representante da Fundação Renova afirmou que usou como ponto de referência o de Sem Peixe, a cerca de 50, 60 Km a jusante da UHE. O total, são 24 pontos com análise a cada hora. A Fundação afirmou que há um pequeno atraso na medição, e que quando é realizada a aferição na UHE há entre 18 e 22h para que essa “nuvem de turbidez” se apresente em Sem Peixe, e demonstrou gráficos que comprovam isso, que a elevação de turbidez na UHE tem o mesmo comportamento de Sem Peixe, só que com essa defasagem temporal. Pelos gráficos, o início da operação de dragagem implicou aumento na média de turbidez, mantendo-se assim nos meses seguintes. Informou que em áreas mais abaixo os resultados se mostram bem mais baixos em relação aos patamares mostrados, e falou de estudos concluídos para o setor 4, em setembro, quanto ao uso de coagulantes e floculantes, cujos estudos de ecotoxicidade estão em andamento. Além disso, há construção de bacia de sedimentação no setor 4, contribuindo para maior tempo de residência e decantação do material e vertimento de um índice de sólidos suspensos menor, concluído em setembro (atualmente o setor 4 está com 70% de ocupação). Foi realocada a planta de dosagem de polímeros para poder atender aos setores 4 e 5, mas que atualmente não está em uso, aguardando resultado dos trabalhos sobre a ecotoxicidade. Foi informado também que estudos complementares para minimizar turbidez estão em andamento.

O Ibama disse que a informação que obtinha antes era que o setor 4 já estaria ocupado e que passaria para o setor 5, sendo que toda a capacidade destes seria esgotada em dezembro antes do teste da empresa, e que então a planta, se depender da espera pelos resultados de ecotoxicidade, não

funcionaria até então. Foi explicado que se trata de uma planta modular, sendo fácil reposicioná-la a outras regiões. A necessidade real seria de executar testes o quanto antes, e que será avaliada a possibilidade de considerar o uso dos reagentes já utilizados em Santarém. A Semad perguntou sobre a cortina de turbidez e a Samarco disse que seria dentro do setor principal e logo abaixo dos diques de sedimentação, e que a proposta técnica virá das empresas contratadas mas que nas reuniões prévias foram apresentadas condições de uso em duas áreas, onde as embarcações ancorariam as cortinas e fariam o monitoramento antes e depois. Acrescentou que a cortina de turbidez no setor 4 tem semelhança com S3, havendo lâmina d'água muito baixa, e que o funcionamento principal da cortina é empurrar as partículas para baixo, sendo complementada com um processo que ajuda a estabilizar as partículas retornando uma água mais clara, o que demanda lâmina d'água maior para ser mais eficiente e soluções complementares também. O Ibama pediu mais informações sobre as alternativas, sendo respondido que seria principalmente a cortina de turbidez, e que os detalhes sobre atuação no coloide não foram informados. Permaneceu então a questão de saber quais os polímeros serão trabalhados, quais estão registrados ou não no país, e sobre os que não estão, qual seria o processo em que se encontram atualmente, pois desconhece-se processo de registro dos produtos no Ibama até o momento. A Samarco disse que recebeu essa demanda e informou que precisa confirmar qual desses da 1ª fase não são registrados.

Ibama informou que é recorrente essa discussão sobre o uso de coagulantes e floculantes como necessidade para tratar as áreas de disposição em geral, e que precisa que a Samarco informe a lista de produtos em ordem de prioridade, de acordo com o que eles fizerem em testes e do que pode ser melhor utilizado em campo, relatando se há ou não registro, se este foi solicitado ou não, qual seria o nº de protocolo e data, para dar subsídios para que a CT se movimente junto ao órgão competente a fim de dar andamento a isso.

A Samarco perguntou sobre a viabilidade de fazer um teste de processo em campo para ter mais garantia da eficiência do resultado. Observou-se que em Santarém há uso (sendo que este é considerado um ambiente mais controlado), e que há interesse em testar outros 2 reagentes diferentes dos de Santarém (que se tratam na verdade do mesmo produto só que de fornecedores diferentes). A Semad e o Ibama informaram que há impedimento para autorizar estes testes uma vez que não se trata de ambiente controlado. Encaminhou-se então que a Samarco apresente essa listagem, que será direcionada ao CIF para gestão junto à diretoria de qualidade a fim de dar prioridade ao tema.

A Semad questionou se dentre os reagentes aprovados haveria algum com boa eficiência, sendo respondido que apenas o que é usado em Santarém, sendo sugerido encaminhamento pela Semad de que é necessária a busca ativa de produtos registrados que possam atender à situação neste período até resolver a questão dos registros.

A reunião foi encerrada na parte da manhã às 13h para almoço, retornando às 14h.

Foi informado que todo o material dragado no reservatório de Candonga está sendo disposto na área do setor 4, e que a área 5 já está pronta para operação. Sobre o dique 4, foi informado que a batimetria é realizada com frequência de 15 dias e encaminhada ao Ibama, e que área a jusante do dique 4 não tem capacidade de suporte para construção de um dique mas que é possível a disposição de sedimentos confinados em *bags*. Destacou-se que a água que sai dos *bags* é superior à vertida nos diques. O Ibama perguntou sobre a metodologia de aplicação dos *bags*, e a Samarco informou que será feito um bombeamento no dique 4 para enchimento dos mesmos. Os vertedouros definitivos serão feitos em concreto e o projeto considera toda a contribuição da bacia do Borges. Quanto ao possível efeito de ondas, informaram que consideram sim esta variação de nível e que haverá proteção para tal.

Para a Fazenda Floresta foi informado que a questão de desaguamento dos sólidos pode aumentar a capacidade para até 8 Mm³. Atualizou-se que houve avanço no caminhamento da tubulação e na sondagem. Sobre o alvará, disseram que há para a parte de cima e um com encaminhamento no Codema, seguindo o mesmo rito dos demais.

Foi apresentada a barreira B (até final de novembro pretendem completar a cravação, ficando pendente a proteção do dique, com previsão de finalização em 17/12) e que já foram feitas 41 estacas, de um total de 69.

Com relação ao dique 8, o projeto foi ajustado, antes possuía capacidade de 250.000m³ e agora é de 140.000m³. Reduziu-se o tamanho do dique (o que favorece a obra e a segurança da mesma) e se encontrará protegido pela barreira C, o que torna necessário incluir os *bags*, proporcionando comportar o volume que foi perdido com a redução. O dique foi reduzido em 5m de altura. O Ibama ressaltou a necessidade de avaliação quanto a possíveis áreas de poça, e questionou sobre o que seria a área 8.2. A Samarco explicou que seria apenas um banco de areia de sedimentos naturais, para conformação final, sendo que a área 8.3 seria a jazida. O Ibama perguntou ainda se o uso da área não inviabilizaria a jazida, e a Samarco respondeu que a recomposição da jazida será feita com material desaguado, e esse material será transportado por caminhão formando um banco que depois receberá capa de argila e revegetação.

Sobre a barreira C, informaram que refizeram estudo e avaliaram sua posição (agora está mais abaixo e vai ajudar na retenção de carreamento de sólidos e aporte nos 400m), sendo proposta na altura do Km 6,4. A barreira A tem capacidade para 4,5 Mm³, os quais já se encontram na área, sendo, portanto, nula para novos aportes, porém, permitindo a dragagem. A barreira B tem uma capacidade de retenção de 1,3 Mm³, e a a barreira C sobrepõe um pouco a área da barreira B mas cria um volume novo de retenção de 3,3 Mm³. Essa capacidade pode variar um pouco em função do remanso criado após o reservatório cheio. Os estudos que estão sendo concluídos visam assumir uma elevação que não mude o nível do reservatório em relação a antes do acidente, para não alagar novas área e nem prejudicar a volumetria. Hoje está na cota 323. Outro ponto é o uso de materiais disponíveis em estoque. A empresa pretende terminar a barreira B em dezembro e mobilizar recursos já para a barreira C.

Com relação à dragagem em si, informou que no dia 07/11 o quantitativo dragado estava em torno de 500.000 m³, acumulando acima da meta proposta. Foram descritas algumas paradas efetuadas por quebra do rebocador, e a batimetria do dia 31/10 foi indicada. A diferença entre o resultado da batimetria (278.000m³) e o que a draga tirou (500.000 m³) foi justificado por uma série de fatores como a margem de erro (~10%), o volume retirado que foi devolvido (cerca de 13%, recirculado), as compensações de laboratório na medição do teor de sólido, e o restante que seria o carreamento natural trazido no rio, em torno de 35%, culminando na diferença observada. Foi realizado estudo de remanso mostrando a contribuição de formação de lâmina d'água na cota 314, permitindo chegar na barreira B com 1 m de água. Isso promove uma área de sedimentação a montante (fora dos 400m), importante para a navegação e o deslocamento das linhas de draga, e para fechar a barreira B, protegendo o aterro de conquista. A empresa afirmou que foi enviado ofício ao Consórcio Candonga sobre a questão.

O Ibama perguntou quando inicia e qual a metodologia para o barramento A. A Samarco disse que estão fabricando o gabarito de escavação, devendo chegar em meados de dezembro, e a metodologia será com flutuadores, obrigatoriamente tendo que ter ou a lâmina d'água ou levar a draga na região. O aterro poderia ser avançado mesmo sem a lâmina, e o resto seria efetuado com flutuador, acelerando o início da obra porque os flutuadores vem de fora. Então, os primeiros 110m poderiam se dar com o aterro de conquista e o restante com flutuador. Hoje o cronograma está previsto para 28 de abril, e foi ressaltado que de fato o término dela é necessário antes de terminar a

dragagem. Como não tem finalidade de contenção de novos aportes, não haveria problemas em não estar lá neste momento. A cota de acabamento é 313, sendo que para o barramento B é 318 e para o C é entre 323 e 322. A cota de acabamento é 1,5m mais alta que a soleira do vertedouro. Sobre a previsão para o barramento C, informaram que não há engenharia, dependendo da complexidade da execução dele, mas que a diretoria da empresa quer um horizonte de março/17.

Em seguida, o Ibama contextualizou novamente ao representante do consórcio Candonga a respeito da deliberação 30 e da criação de lâmina d'água. O representante do consórcio explicou porque não pretendem se posicionar favoráveis ao fechamento do vertedouro e manter então as comportas abertas. Foi ressaltado o volume que deve chegar na área pelo carreamento, e com vertedouro fechado haveria possibilidade de travamento desse material. Informou que todos os dias há interpretação de dados sobre a estabilidade, havendo questão preocupante que é a população a jusante. Dessa forma, a orientação de laudos técnicos deles seria de permanecer com o vertedouro aberto, mesmo entendendo a questão da turbidez na água. E que a quantidade de rejeito retirado pela Samarco não é suficiente, bem como a presença dos barramentos, e que na situação atual considerando período chuvoso seria arriscado.

O Ibama informou que a questão de criação de lâmina d'água ótima não pode estar estanque no ótimo apenas para dragagem, mas sim com o objetivo também de reabilitar a usina, e que no entendimento do Ibama até haveria contribuição para a segurança da barragem a partir do momento em que haja estudos para saber se hidráulica e hidrossedimentologicamente haverá benefício de reter sedimentos na área de remanso, o que deve ser aliado a um monitoramento para saber como está o aporte, pois o que se entende é que a taxa de ocupação da área que hoje está dragada, que não é a ideal e está aquém do que se pretendia (400m dragados independente do volume), sofre com a maior energia do curso d'água. Com o barramento haveria a formação de um lago e a parte de arraste tende a ficar retida ali, pois do contrário a tendência é de que chegue uma quantidade de rejeito maior do que o dragado e que ao final desse período chuvoso a situação possa ser pior que do anterior, devendo-se frear esse preenchimento retendo-se alguma coisa mais para atrás, devendo haver inclusive gatilhos de ações visando a segurança que tecnicamente deverão ser fornecidos pelo estudos.

Concluiu-se então que é necessário nivelamento técnico sobre o tema e que a lâmina d'água pode evoluir com a discussão entre as partes para contribuir com a segurança, havendo protocolo de operação com gatilhos de decisão. Há necessidade de, além da modelagem (que tem suas incertezas), saber o quanto aportou, através de um monitoramento efetivo, para saber o quanto pode chegar ano que vem, pois a ideia é que possa chegar a encher em cotas superiores e inclusive que a usina possa operar em 2017, com a dragagem de manutenção reavivando a capacidade de cada uma das áreas (400 m, Barramento B, barramento C).

O consórcio entendeu a colocação mas informou que o posicionamento mantém-se contrário e acredita que a Samarco achará uma solução sem esse componente que coloca em dúvida a segurança.

Como encaminhamento foi dado a necessidade de posicionamento formal, e que o consórcio esteja presente na próxima reunião do CIF para abordar o tema aos conselheiros.

O consórcio afirmou que não quer criar condição que possa gerar uma probabilidade de instabilidade, e a Semad perguntou quanto tempo levaria para a comunidade mais próxima ser atingida, conforme estudo feito. O consórcio respondeu que no cenário hipotético e muito improvável de uma retira brusca e total da barragem seria de 12 a 15min, mas que nas condições factíveis seria de 1h.

O Ibama ressaltou que a demanda foi oficializada à Samarco (Deliberação CIF nº 30) para apresentar estudo, e que este deve, após protocolado na CT-rejeitos, ser apresentado também ao consórcio para análise e manifestação. Foi ressaltado que há um nível alto de incerteza do que vai acontecer com o aporte de rejeitos, e que isso deve ser considerado.

Foi encaminhado então que a Samarco atenda à demanda do CIF, e dentro dessas questões que seja considerada essa visão de longo prazo porque a UHE mostrou ser importante para a gestão do evento, uma vez que reabilitados seus níveis de segurança ela continua contribuindo com a recuperação da área.

A Semad manifestou preocupação com o tempo, pois o prazo para atendimento pela Samarco estaria vencido e que possivelmente não haveria sentido em prosseguir com o plano de ação. O Ibama disse que de qualquer forma precisa de um documento de cunho técnico para subsidiar a posição assumida.

Sobre o controle de erosão e áreas prioritárias, a empresa informou as áreas com atraso de mobilização de equipamentos (áreas 8, 9, 10), as com esse atraso e com interferência de cercas das propriedades (área 15), e as com atraso na emissão de projetos de engenharia (áreas 6, 7 e 14).

O Ibama solicitou quadro de pessoas contratadas especificado por sítio trabalhado, além do indicativo de maquinário e outras informações de maneira geral. O Ibama de Brasília complementou que cada alteração que implicasse replanejamento dos prazos e ações fosse mandado ao Ibama. A Samarco disse que no decorrer da obra pode alterar o número de máquinas remanejando-as entre obras, e sobre o quantitativo ficou de trazer na próxima reunião. Informou no geral estar com aproximadamente 40% de avanço, sendo especificado por área e por hectare.

Sobre as áreas prioritárias, foi informado que a resposta ao relatório e demandas da Operação Águas - fase Argos, do Ibama, está sendo elaborada (com previsão de aproximadamente duas semanas), e a empresa passou então para apresentação sobre a atualização dos avanços das ações nestas áreas. A Semad pediu que fossem registradas as dificuldades ou fatos ocorridos nas propriedades, e outras questões enfrentadas, a fim de ter uma memória. Foram ressaltadas nas apresentações algumas dificuldades de conflitos com proprietários também.

Sobre os tributários, a empresa também trouxe atualização, informando estar com 59 concluídos em relação à Fase 1 (limpeza da área, conformação dos taludes e proteção das margens), e ressaltou que é necessária a manutenção constante destas. Foi mencionado pela Samarco documento a ser protocolado sobre os pontos sem acesso. O atraso nas obras está em 5%, justificado por estarem em uma fase de gargalo de autorização de proprietário e projeto, sendo ressaltado pela Samarco a importância deles acompanharem em campo as vistorias do Ibama e da Semad, porque pelos registros escritos nem sempre é fácil atuar nos pontos e muitas vezes o consenso é atingido em campo ou até mesmo a crítica é melhor compreendida.

A reunião foi encerrada às 17h20 e a próxima reunião será agendada e comunicada posteriormente.